



RELATÓRIO DE AUDITORIA AMBIENTAL RESOLUÇÃO CONAMA 306/2002

EMPRESA AUDITADA: SCPAR PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL S.A.	
CNPJ: 29.307.982/0001-40	
Telefone: 47 3481 4800	E-mail: oscar@portodesaofranciscodosul.com.br
Contato: Oscar Schmidt Neto	Cargo: Gerência do Meio Ambiente

DIREITOS DE REPRODUÇÃO

Todos os direitos reservados a empresa auditada. Proibida a reprodução sob qualquer pretexto, mesmo parcial, por qualquer processo mecânico, eletrônico, reprográfico etc. O presente documento foi emitido em confidência para os propósitos aos quais se destina.



LISTA DE ABREVIações

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
AFT – Anotação de Função Técnica
ART – Anotação de Responsabilidade Técnica
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONSEMA – Conselho Estadual do Meio Ambiente
CR – Certificado de Regularidade
CRBIO – Conselho Regional de Biologia
CREA – Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia
CRMPA – Certificado de Cadastro de Laboratório
CTF – Certificado Técnico Federal
DMR - Declaração de Movimento de Resíduos
EIA – Estudo de Impacto Ambiental
FISPQ – Ficha de Informação de Segurança de Produtos Químicos
GLP – Gás Liquefeito de Petróleo
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
IBC - *Intermediate Bulk Container*
LO – Licença de Operação
LPIA – Licença Prévia de Instalação para Alteração
NA – Não aplicável
NBR – Norma da Associação Brasileira de Normas
NC – Não Conformidade
NCR – Não Conformidade
MTR – Manifesto para Transporte de Resíduos
OM – Oportunidade de Melhoria
OBS – Observação: significa um ponto de preocupação
PBA – Plano Básico Ambiental
PMOC - Plano de Manutenção, Operação e Controle
PAE – Plano de Atendimento / Atuação à Emergência
PAM - Plano de Ajuda Mútua
PEI - Plano de Emergência Individual;
PGRS – Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos
PGRSS - Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde
PPCI – Plano de Prevenção Contra Incêndio
PPRA – Programa Prevenção de Risco Ambiental
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental
RSI – Resíduo Sólido Industrial
SGA – Sistema de Gestão Ambiental
SIG – Sistema Integrado de Gestão
TAC – Termo de Ajustamento de Conduta
TCA – Termo de Compromisso Ambiental
UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul



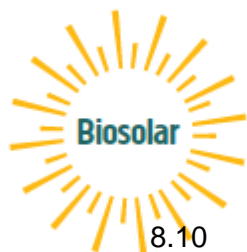
RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS ANALISADOS

- Alvará sanitários de operação do terminal;
- ART's de responsabilidade técnica do coordenador dos programas ambientais;
- Cadastro Técnico Federal e Certificado de Regularidade – IBAMA;
- Autorizações para o transporte e destinação final de resíduos;
- Autorizações de manutenção de Dragagem e Plano Conceitual;
- CR Exercito, se aplicável;
- Certificado de Operador Portuário;
- Contrato / Concessão de uso da área dos terminais;
- Estudos de Análise de Risco;
- FISPQ dos produtos químicos;
- Inventário dos produtos químicos utilizados pelo empreendimento;
- Licenças ambientais dos destinadores e transportadores de resíduos sólidos;
- Monitoramento/registro dos programas ambientais propostos na solicitação de LO;
- Manifestações externas e ofícios (Ex. Órgãos Municipais, Estaduais ou Federais, Ministério Público, circunvizinhança e/ou partes interessadas);
- Cadastro de direito de uso de água (captação superficial);
- Plantas e projetos das infraestruturas instaladas na área sob escopo da auditoria;
- Plano básico ambiental e respectivo protocolo;
- Programas ambientais e respectivos protocolos dos relatórios anuais;
- Programa de Gerenciamento de Risco (PGR);
- Monitoramento da qualidade da água;
- Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS;
- Plano de Emergência Individual;
- Plano de Ajuda Mútua;
- Relatórios Mensais de atividade RA;
- Relatório de atendimento a emergências;
- Relatórios de Auditorias Ambientais anteriores (AUDITORIA INTERNA, AUDITORIA ISO 14001 E AUDITORIA CONAMA 306) e os respectivos planos de correção das não conformidades, observações, oportunidades de melhoria e evidencias das correções;



SUMÁRIO

1	OBJETIVO	6
2	METODOLOGIA.....	7
3	DEFINIÇÕES	8
4	DADOS DA EQUIPE AUDITORA.....	10
4.1	Auditor Líder	10
4.1.1	Mini Currículo Auditor Líder.....	10
5	DADOS DA ORGANIZAÇÃO	12
5.1	Informações Gerais	12
5.2	Relação de Auditados.....	12
5.3	Identificação do Local do Empreendimento	13
6	PLANO DE AUDITORIA.....	14
6.1	Carta Consulta ao Órgão Fiscalizador	16
7	CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL APLICÁVEL (REQUISITOS LEGAIS)	19
7.1	Identificação da legislação ambiental federal, estadual e municipal, bem como das normas ambientais vigentes aplicáveis à instalação da organização auditada.....	19
7.2	Verificação da conformidade da instalação da organização auditada com as leis e normas ambientais vigentes.....	19
7.3	Identificação da existência e validade das licenças ambientais	25
7.4	Verificação do cumprimento das condições estabelecidas nas licenças	26
7.5	Verificação da existência de acordos e compromissos, tais como termos de compromisso ambiental e/ou termos de ajustamento de conduta ambiental e eventuais planos de ação definidos nesta resolução e a verificação do cumprimento das obrigações assumidas	26
7.6	Identificação da existência processos administrativos e Autos de Infração.....	26
8	AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DA GESTÃO AMBIENTAL (PLANEJAMENTO) ...	27
8.1	A verificação da existência de uma política ambiental documentada, implementada, mantida e difundida a todas as pessoas que estejam trabalhando na instalação auditada, incluindo funcionários de empresas terceirizadas;	27
8.2	A verificação da adequabilidade da política ambiental com relação à natureza, escala e impactos ambientais da instalação auditada, e quanto ao comprometimento da mesma com a prevenção da poluição, com a melhoria contínua e com o atendimento da legislação ambiental aplicável;	27
8.3	A identificação e atendimento dos objetivos e metas ambientais das instalações e a verificação se os mesmos levam em conta a legislação ambiental e o princípio da prevenção da poluição, quando aplicável	27
8.4	A verificação da existência e implementação de procedimento que propiciem a identificação e o acesso à legislação ambiental e outros requisitos aplicáveis.....	27
8.5	A verificação da existência e implementação de procedimentos para identificar os aspectos ambientais significativos das atividades, produtos e serviços, bem como a adequação dos mesmos.....	28
8.6	A verificação da existência e implementação de procedimentos e registros da operação e manutenção das atividades/equipamentos relacionados com os aspectos ambientais significativos.....	29
8.7	A identificação e implementação de planos de inspeções técnicas para avaliação das condições de operação e manutenção das instalações e equipamentos relacionados com os aspectos ambientais significativos	29
8.8	A identificação e implementação dos procedimentos para comunicação interna e externa com as partes interessadas.....	29
8.9	A verificação dos registros de monitoramento e medições das fontes de emissões para o meio ambiente ou para os sistemas de coleta e tratamento de efluentes sólidos, líquidos e gasosos	30



8.10	A existência de análises de risco atualizadas da instalação.....	30
8.11	A existência de planos de gerenciamento de riscos.....	31
8.12	A existência de plano de emergência individual e registro dos treinamentos e simulações por ele previstos.....	31
8.13	A verificação dos registros de ocorrência de acidentes;.....	32
8.14	A existência de procedimentos e registros na ocorrência de não-conformidades ambientais	32
8.15	A verificação da existência e implementação de mecanismos e registros para a análise crítica periódica do desempenho ambiental e sistema de auditorias internas	33
8.16	A verificação da existência de definição de responsabilidades relativas aos aspectos ambientais significativos	33
8.17	A existência de registros da capacitação do pessoal cujas tarefas possam resultar em impacto significativo sobre o meio ambiente	33
8.18	A existência de mecanismos de controle de documentos	34
8.19	A verificação das condições de manipulação, estocagem e transporte de produtos que possam causar danos ao meio ambiente	34
9	VERIFICAÇÃO DO ATENDIMENTO ÀS CONDICIONANTES ESTABELECIDAS NAS LICENÇAS AMBIENTAIS.....	36
10	RÉSUMO DOS DESVIOS	40
10.1	Não Conformidades	40
10.2	Não conformidades Reincidentes	41
10.3	Observações.....	41
10.3	Oportunidades de Melhoria.....	43
10.4	Pontos Positivos	43
11	CONCLUSÕES DA AUDITORIA	45
12	REVISÃO E APROVAÇÃO.....	46
13	ANEXOS	47
	CERTIFICADOS ABENDI EQUIPE AUDITORA.....	47



1 OBJETIVO

Este relatório tem o objetivo de apresentar o resultado da Auditoria Ambiental Compulsória em atendimento aos critérios da Resolução CONAMA 306 de 05 de julho de 2002, que estabelece Requisitos Mínimos e Termo de Referência para realização de Auditorias Ambientais nos Portos Organizados e Instalações Portuárias, Plataformas e Suas Instalações de Apoio e Refinarias, Terminais Portuários Brasileiros, e dá outras providências.

Tendo como Escopo área do Porto Organizado de São Francisco do Sul, sob responsabilidade do empreendedor SCPAR PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL S.A., com empreendimento localizado na Av. Engenheiro Leite Ribeiro, 782 BAIRRO: Centro CEP: 89240-000 CIDADE: São Francisco do Sul UF: SC. Relativo às atividades de gestão e operação portuária, contemplando ainda as atividades de dragagem de manutenção nos canais de navegação, bacias de evolução e berços de atracação.

Verificação de atendimento aos critérios estabelecidos no Anexo II da Resolução CONAMA 306/2002 e conforme critérios estabelecidos na Norma NBR ISO 19011 - Diretrizes para auditoria de sistema de gestão.

Prevista a disponibilidade total máxima de 6 HD (homem/dia), desde o planejamento, execução da auditoria e elaboração dos relatórios, conforme IAF MD 5:2015. Vale ressaltar que, o processo de auditoria é de natureza amostral, onde dentro da carga de trabalho dimensionada é realizado a investigação de processos, procedimentos, sistemas, projetos, planos e programas, seguindo-se um cronograma e trilhas de auditoria. Com objetivo de avaliar a conformidade do objeto em análise, a um padrão de referência (normas). Realizada dentro de suas boas práticas, resulta em um diagnóstico analítico baseado em evidências materiais e apontamentos de pontos fortes, fragilidades e desvios, bem como seus motivos. Permitindo às partes interessadas rastrear a evolução da aplicação das soluções de melhoria ou adequação ao longo do tempo (NBR ISO 19.011/2018).

Passando por avaliação do atendimento dos requisitos legais aplicáveis e avaliação do sistema de gestão ambiental, registrando evidências das conformidades e dos desvios, sendo estes classificados como Oportunidade de Melhoria ou Pontos de Melhoria, Observação ou Ponto de Preocupação e Não Conformidade.

3 DEFINIÇÕES

Ação Corretiva: atuação para eliminar a causa / origem de uma não conformidade, observação ou situação indesejada identificada;

Auditor: pessoa com competência para realizar uma auditoria;

Auditor Líder: pessoa com experiência para liderar uma equipe de auditoria;

Aspecto Ambiental: elemento das atividades ou produtos ou serviços de uma organização que pode interagir com o meio ambiente;

Armazenamento Temporário de Resíduos Sólidos Industriais ou Central de Resíduos: contenção temporária de resíduos para serem, posteriormente, encaminhados à reciclagem, beneficiamento, processamento, tratamento ou disposição final adequada, observando as Normas Técnicas NBR 12.325 ou 11.174 da ABNT;

Auditoria Ambiental: processo sistemático, independente e documentado de verificação, executado para obter e avaliar, de forma objetiva, evidências que determinem se as atividades, eventos, sistemas de gestão e condições ambientais especificados ou as informações relacionadas a estes estão em conformidade com os critérios de auditoria estabelecidos;

Avaliação Ambiental: considerações da equipe de auditoria contratada, quanto aos estabelecidos nesta diretriz técnica e que não se esgotam nas condições e restrições da licença ambiental do empreendimento;

Constatação de Auditoria: resultados da avaliação da evidência de auditoria coletada, comparada com os critérios de auditoria. As constatações de auditoria podem indicar tanto conformidade, quanto não conformidade, com o critério de auditoria ou oportunidades para melhoria;

Critério de Auditoria: é o conjunto de políticas, procedimentos ou requisitos legais em relação aos quais o auditor compara as evidências coletadas sobre o objeto da auditoria, entendendo-se que os requisitos incluem legislação aplicável e o desempenho ambiental.

Desempenho Ambiental: resultados mensuráveis da gestão de uma organização sobre seus aspectos ambientais;

Equipe de Auditoria: um ou mais auditores independentes, contratados para a realização de auditoria ambiental, apoiado, se necessário, por especialistas. Um auditor na equipe de auditoria é indicado como líder da equipe de auditoria, que será o responsável pelo gerenciamento do programa de auditoria.

Escopo de Auditoria: é a abrangência e os limites de uma auditoria e, geralmente, inclui uma descrição das localizações físicas, unidades organizacionais, atividades e processos, bem como o período de tempo coberto;

Especialista: é o profissional que fornece o conhecimento ou a experiência específica para a equipe de auditoria;



Evidência de Auditoria: são os registros, apresentação de fatos ou outras informações, pertinentes aos critérios de auditoria e verificáveis;

Impacto Ambiental: qualquer modificação do meio ambiente, adversa ou benéfica, que resulte, no todo ou em parte, dos aspectos ambientais da organização;

Meio Ambiente: circunvizinhança em que uma organização opera, incluindo-se ar, água, solo, recursos naturais, flora, fauna, seres humanos e suas inter-relações

NOTA Neste contexto, circunvizinhança estende-se do interior de uma organização para o sistema global.

Melhoria Contínua: processo recorrente de se avançar com o sistema da gestão ambiental com o propósito de atingir o aprimoramento do desempenho ambiental geral, coerente com a política ambiental da organização;

Não Conformidade: não atendimento a um requisito, definido pelos critérios de auditoria, onde a organização deve tratar como ações corretivas;

Oportunidade de Melhoria ou Pontos de Melhoria: são melhorias indicadas pelo auditor, a organização pode ou não acatar;

Observação ou Ponto de Atenção: São pontos de preocupação indicados pelo auditor, onde a organização deve tratá-los como ações preventivas para diminuir ou eliminar possíveis desvios;

Passivo Ambiental: área, terreno, local, instalação, edificação ou benfeitoria resultante da atividade ou do gerenciamento inadequado de resíduos, na qual são confirmadas quantidades ou concentrações de resíduos em condições que causem ou possam causar danos à saúde humana e ao meio ambiente.

Plano de Ação: são as providências e/ou tarefas a serem efetuadas a partir de um planejamento, com base na auditoria realizada. Num plano de ação as providências devem ser devidamente priorizadas e listadas por ordem cronológicas, devendo constar a responsabilidade pela execução, o prazo limite para a conclusão e os recursos necessários;

Política Ambiental: intenções e princípios gerais de uma organização em relação ao seu desempenho ambiental, conforme formalmente expresso pela Alta Administração;

Relatório de Auditoria e Avaliação Ambiental: é o documento que representa o registro completo, preciso, conciso e claro da auditoria/avaliação ambiental realizada, contendo, ainda, as conclusões da mesma, sendo sua preparação e conteúdo, de responsabilidade do auditor líder da auditoria;

Sistema de Gestão Ambiental: a parte de um sistema da gestão de uma organização utilizada para desenvolver e implementar sua política ambiental e para gerenciar seus aspectos ambientais.



4 DADOS DA EQUIPE AUDITORA

4.1 Auditor Líder

Roberta Cristina Kaufmann

CPF: 007.581.650-48

CREA/RS 183.647

CCAAMB FEPAM 00011/2018-DL

Certificado Abendi / RAC Nº 33166

Telefone: 51-9 8025-1948

E-mail: rckaufmann@yahoo.com.br

4.1.1 Mini Currículo Auditor Líder

Graduada em Engenharia Ambiental pela Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, em 2011/02. Registro no Crea RS183647.

Mestre em Sistemas e Processos Industriais pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, em 2014/01.

Eng. de Segurança do Trabalho – Candido Mendes, em 2017/02;

Experiência em implementação e manutenção de Sistemas de Gestão Ambiental (2012-2021);

Auditora Líder de Meio Ambiente – Certificado de cadastro de auditor ambiental junto à FEPAM Nº 00011/2018-DL (2012-2021).

Auditora Ambiental Líder para execução de auditorias conforme Resolução CONAMA 306:2002 – Acreditada pela ABENDI: RAC Nº 33166 (2019-2021).

5 Auditor Equipe C

Carmem Adriana Rockenbach Martin

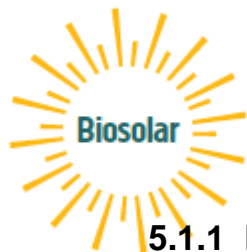
CPF: 653.223.980-15

CRBio 25626

Certificado RAC / ABENDI: SNQC 31154

Telefone: 54 992024093

E-mail: carmem.martin@innatos.com.br



5.1.1 Mini Currículo Auditor Equipe

Graduada em Biologia pela Universidade Luterana do Brasil – ULBRA, em 1995.
Registro no CRBio 25626-03.

Especialista em Gestão Ambiental pela Fundação Ibero Americana, 2003;

Especialista em Sustentabilidade Empresarial pela AVM faculdades Integradas, 2013;

Experiência em implementação de Sistemas de Gestão Ambiental e Sistemas de Gestão Integrada (2010-2023) no setor portuário;

Auditora Líder de Gestão Ambiental e para execução de auditorias conforme Resolução CONAMA 306:2002 – Acreditada pela ABENDI: RAC Nº 31154 (2020-2023);

Auditora Líder de Sistema de Gestão Integrada.

6 DADOS DA ORGANIZAÇÃO

5.1 Informações Gerais

Razão Social: SCPAR PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL S.A.

CNPJ: 29.307.982/0001-40

Endereço: AV ENGENHEIRO LEITE RIBEIRO

Bairro: CENTRO

Município: SAO FRANCISCO DO SUL, SC

CEP: 89.240-000

Responsável: Oscar Schmidt Neto

Cargo: Gerente de Meio Ambiente

Funcionários: 272 colaboradores, sendo eles: 68 empregados públicos da CIDASC, cedidos a SCPar PSFS; 4 Jovens aprendizes; 3 Diretores; 2 Estagiários; 1 Empregado público da SC Par S.A, cedido para a SC Par PSFS; 11 comissionados puros 175 servidores da SIE a disposição da SC Par PSFS; 8 servidores efetivos da SIE a disposição da SC Par PSFS em cargo em comissão.

Horário de funcionamento: De segunda a sexta-feira, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30h.

Licença de Operação: N° 548/2006 - 2ª RENOVAÇÃO (2ª RETIFICAÇÃO)

Validade: 29/05/2025

Órgão Emissor: IBAMA

Atividade principal: Administração da infra-estrutura portuária

Atividades desenvolvidas: Gestão e Operação Portuária e Dragagem de Manutenção do Canal de Navegação

Porte: Grande

Áreas no entorno do empreendimento: A leste e sudeste Terminais Portuários, linha Férrea e área verde. A sul e sudoeste Avenida Engenheiro Leite Ribeiro, proximidade com região urbanizada e acesso ao mar pela Baía da Babitonga. A oeste, noroeste e norte acesso ao mar pela Baía da Babitonga. E a Nordeste com uma pequena porção de área urbanizada no bairro Bela Vista.

5.2 Relação de Auditados

Oscar Schmidt Neto – Gerência do Meio Ambiente

Alessandra Klug Garcia – Assistente Administrativa

Thiago Persike – Supervisor de equipe da Emport Manutenção Portuária

Valdir Francisco Rocha Júnior - Coordenador da Brigada de Emergência

Sheyla Soares – Assistente da Gerência de Meio Ambiente

Marcos Barreto - Eletricista

Thiago Dominoni Gomes - Supervisor de equipe da Emport Manutenção Portuária

Marcelo da Silva - Operador de Emergência da AMBIPAR

Joni Maer Penteado Hara - Gerente do Terminal de Grãos

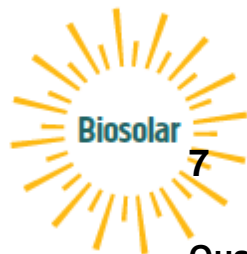
Leonardo Castilhos Silva - Supervisor de Turnos do Terminal de Grãos

5.3 Identificação do Local do Empreendimento



Figura 1: Imagem de satélite da localização do empreendimento.

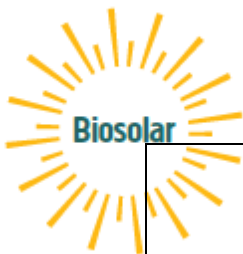
Fonte: Google Earth, 2024.



7 PLANO DE AUDITORIA

Quadro 1. Plano de auditoria.

Horário	15/04/24 (terça-Feira)		
14:30 às 17:00	Preparação e Planejamento da auditoria. Análise dos requisitos legais aplicáveis e solicitação de informações iniciais: I - definição e análise da documentação; II - Verificação prévia à instalação auditada; V - definição da programação e planos de trabalho para a execução da auditoria; e VI - consulta prévia aos órgãos ambientais competentes a fim de verificar o histórico de incidentes ambientais.		
Horário	26/04/24 - Remoto (Quarta-Feira)	04/06/24 - Presencial (Quinta-Feira)	10/06/24 - Remoto (Segunda-Feira)
08:45 às 09:00	Reunião de abertura Auditor: A Auditor líder, Responsável Legal e auditados.	Auditados: Meio Ambiente e Operação Auditor: B - Verificação dos controles e recursos do - PEI; - PAE; - Plano de Área. - Proteções Contra Incêndio (verificar execução do PAE, do PPCI e do PGR).	Auditor: A Verificação de Pendências. 10:30 Reunião Encerramento
09:00 às 12:00	Auditados: Meio Ambiente Auditor: A - Relatório última auditoria ambiental CONAMA; - Verificação do plano de ação atualizado; - TAC, TCA e autos de infração. - Verificação do Sistema de gestão em atendimento dos itens 1.1 do Anexo II da Res. CONAMA 306/2002. - Verificação requisitos legais: Alvarás, Autorizações, outras Licenças.		
Intervalo	12:00 às 13:00	12:00 às 13:00	12:00 às 13:00
13:00 à 16:00	Auditados: Meio Ambiente Auditor: A	Auditados: SESMT Auditor: B	



16:00 às 16:30	<p>Verificação documental de atendimento às condicionantes da LO, com exceção ao item 2.1.</p> <ul style="list-style-type: none">- Recursos Hídricos / Outorgas;- Execução dos programas: Sistema de Gestão Ambiental; Monitoramento da Biota Aquática; Monitoramento de Bioindicadores e Biomonitorios; Monitoramento da Qualidade de Sedimento; Educação ambiental; Comunicação Social; Remoção da Comunidade Bela Vista. <p>- Verificação do atendimento dos demais itens 1.2 do Anexo II da Res. CONAMA 306/2002;</p> <ul style="list-style-type: none">- Inventário dos equipamentos que utilizam Gases refrigerantes – CFCs;- Inventário de transformadores à óleo - Ascarel / PCB'S;- NR 10 - Para Raios / SPDA - Sistema de Proteção Atmosférica;- NR 13 - Caldeira - Vasos de Pressão.	<ul style="list-style-type: none">- Visita aos processos e instalações em operação na atividade, berços de atracação e terminal graneleiro.-Visita as áreas de apoio operacional (Armazenamento de produtos químicos controlados; Armazenamento de gases, líquidos, combustíveis e inflamáveis; Armazenamento de Resíduos).- Verificando <i>in loco</i> controles operacionais determinados das planilhas de Aspectos e Impactos e nos programas: Gerenciamento de resíduos, incluindo transporte; Gerenciamento de efluentes.- Verificação da existência de transformadores à óleo, equipamentos fixos movidos à diesel e vasos de pressão.	
16:30 às 17:00	<p>Reunião de Intermediária – <i>follow up.</i></p>	<p>Reunião de Intermediária – <i>follow up.</i></p>	-



6.1 Carta Consulta ao Órgão Fiscalizador

Ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis - IBAMA

CARTA CONSULTA

ASSUNTO: Consulta prévia aos órgãos ambientais para os empreendimentos que serão auditados em atendimento ao escopo da Resolução COANAM 306/2002.

Prezado(a) Sr.(a)

Informamos que a empresa JJR CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA, CNPJ 24688956000196, através do certame **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0003/2024, LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 1035312 e CONTRATO Nº 0034/2024. estabelecido com a SCPAR PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL S/A**, sociedade de economia mista do Estado de Santa Catarina, subsidiária da SCPAR Participações e Parcerias S/A., inscrita no CNPJ sob o nº 29.307.982/0001-40, assumiu a responsabilidade de realizar auditoria ambiental compulsória de conformidade legal, com base na Lei Federal nº 9.966/200, sob Decreto Regulamentador 4.136/2002, atendendo ao escopo da Resolução CONAMA nº 306/2002, modificada pela Resolução nº 381/2006, e outros diplomas requisitos legais aplicáveis.

Desta forma, em atendimento ao item 2.2, inciso VI, da Resolução CONAMA nº 306/2002, viemos através deste solicitar consulta prévia ao IBAMA, por ser o órgão ambiental competente responsável pelo licenciamento ambiental, a disponibilização de informações referente a incidentes ambientais, inclusive de seus desdobramentos jurídico-administrativos, e dos cadastros ambientais do seguinte empreendimento:

EMPRESA: SCPAR PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL S.A., **CNPJ:** 29.307.982/0001-40, **CTF:** 7118355, localizada no **ENDEREÇO:** Av. Engenheiro Leite Ribeiro, 782 **BAIRRO:** Centro, **CEP:** 89240-000 **CIDADE:** São Francisco do Sul **UF:** SC. **TELEFONE:** (47) 3481-4800.

LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº 548/2006 - 2ª RENOVAÇÃO (2ª RETIFICAÇÃO)
VÁLIDA ATÉ 29/05/2025.

ATIVIDADE: Gestão e operação portuária realizadas na área do Porto Organizado de São Francisco do Sul, localizado no município de São Francisco do Sul - SC,

1

BIOSOLAR SOLUÇÕES AMBIENTAIS

Fone: 51-98025-1948 / 51-99986-6170 / E-mail Contato@bio.solar / CNPJ: 24.688.956/0001-96



contemplando ainda as atividades de dragagem de manutenção nos canais de navegação, bacias de evolução e berços de atracação.

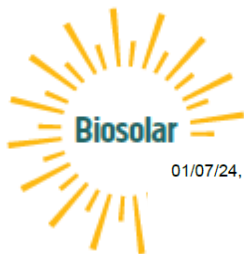
NÚMERO DO PROCESSO: 02001.005796/2004-44.

Novo Hamburgo, 03 de abril de 2024.

RESPONSÁVEL TÉCNICA E REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE

Roberta Cristina Kaufmann

CPF 007.581.650-48



01/07/24, 12:09

SEI/IBAMA - 19626139 - Ofício

18



Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE EMPREENDIMENTOS MARINHOS E COSTEIROS

OFÍCIO Nº 94/2024/CGMAC/DILIC

Brasília/DF, na data da assinatura digital.

À Senhora

ROBERTA CRISTINA KAUFMANN
BIOSOLAR SOLUÇÕES AMBIENTAIS
e-mail: Contato@bio.solar

Assunto: Resposta à Carta Consulta referente a Auditoria Ambiental - Resolução CONAMA 306/2002.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 02001.005796/2004-44.

Prezada Senhora,

1. Reporto-me à Carta Consulta (SEI 18851847), que solicita *"a disponibilização de informações referente a incidentes ambientais, inclusive de seus desdobramentos jurídico-administrativos, e dos cadastros ambientais"* do empreendimento denominado SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A, objeto da LO nº 548/2006 - 2ª Renovação (2ª Retificação) (SEI 5074115).
2. Sobre as informações referentes a incidentes ambientais, informamos que todos os acidentes ambientais Comunicados ao IBAMA estão disponíveis no Portal de Dados Abertos do Ibama, no seguinte link: <https://dadosabertos.ibama.gov.br/dataset/siema-comunicado-de-acidente-ambiental>.
3. Em relação as informações a cerca dos cadastros ambientais, encaminho a Informação 18/2024/NQA-SC/DITEC-SC/SUPES-SC-IBAMA (SEI 19494063).
4. Na expectativa de ter atendido adequadamente a solicitação feita, permaneço ao dispor para qualquer esclarecimento adicional que se mostre necessário.
5. Importante mencionar que é possível solicitar acesso a todo o processo administrativo, junto ao sistema SEI IBAMA, por meio do link abaixo:
<https://www.gov.br/ibama/pt-br/acesso-a-informacao/documentos-e-processos-eletronicos-sistema-eletronico-de-informacoes-sei>

Atenciosamente,

ITAGYBA ALVARENGA NETO

Coordenador-Geral
CGMAC/DILIC/IBAMA



Documento assinado eletronicamente por **ITAGYBA ALVARENGA NETO, Coordenador-Geral**, em 19/06/2024, às 09:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



8 CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL APLICÁVEL (REQUISITOS LEGAIS)

7.1 Identificação da legislação ambiental federal, estadual e municipal, bem como das normas ambientais vigentes aplicáveis à instalação da organização auditada

A Gestão dos requisitos legais aplicáveis é realizada de forma concomitante ao monitoramento ambiental do empreendimento, o qual tem sua execução prevista conforme a Licença de Operação IBAMA Nº 548/2006. A partir de seu Plano Básico Ambiental – PBA, são previstos diversos programas e subprogramas de controle e monitoramento das ações do empreendimento. Anualmente é protocolado junto ao órgão licenciador uma versão consolidada deste documento, com a evidenciação das ações realizadas. Durante este evento de auditoria foi avaliado o PBA - Relatório Consolidado 2024 - Janeiro de 2017 a Dezembro de 2023 – emitido em abril de 2024. Neste Relatório é apresentado o PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA que, dentre as ações está o Levantamento de requisitos legais, normas técnicas e outros requisitos.

OM 01 - Observa-se que o programa de Gestão ambiental integrada coloca o levantamento de requisitos como uma ação a ser executada. Contudo não há neste documento metodologia, procedimento ou instrução de trabalho de como é realizado o levantamento e de quem são as reponsabilidades por cada etapa (identificação da legislação, avaliação da aplicabilidade, definições de ações para fazer cumprir, etc..).

7.2 Verificação da conformidade da instalação da organização auditada com as leis e normas ambientais vigentes

Durante o processo de auditoria foram selecionadas aleatoriamente algumas legislações aplicáveis à atividade do empreendimento / organização com o objetivo de verificar sua conformidade legal, conforme apresentado no Quadro 2 abaixo.

Quadro 2 - Verificação do atendimento aos requisitos legais

TEMA REQUISITOS LEGAIS E/OU NORMAS	DESCRIÇÃO DA EVIDÊNCIA	CONSTATAÇÃO DE AUDITORIA (C – NC – OBS – OM - NA)
ALVARA CORPO DE BOMBEIROS	ATESTADO DE FUNCIONAMENTO, VALIDADE: 01/11/2024 Área total da solicitação: 19.147,29 (m²). Autenticidade e-SCI: 214f00ff199d513346ef245fad2774177627cb6a, emitido em 05/10/23.	C

ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO	Nº 23/2024, VALIDADE 31/03/2025, para atividade de 52.31-1-01 - Administração da infra-estrutura portuária	C
ALVARÁS SANITÁRIO Lei Municipal nº 2.340/2020 Resolução Normativa nº 001/DIVSSVSES de 2020.	Certidão de Dispensa de Alvará Sanitário Nº 31/2021, para todas atividades enquadradas nos CNAEs do CNPJ 29.307.982/0001-40, à saber: 52.31-1-01 - Administração da infra-estrutura portuária CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS: Não informada.	C
	Ambulatório Evidenciada a existência de um ambulatório, sem Alvará Sanitário na SCPAR. No entanto, o mesmo, até a emissão da sua autorização, está realizando apenas consultas médicas. Evidenciado que não há geração de resíduos de serviço de saúde.	C
AUDITORIA AMBIENTAL Resolução COANMA 306:2002	Evidenciado relatório da última auditoria AMBIENTAL Compulsória Res. CONAMA 306/2002, realizada pela empresa BIOSOLAR SOLUÇÕES AMBIENTAIS. Apresentado Protocolo Recibo Eletrônico de Protocolo - 11815447, realizado em 27/01/2022. Atendido o prazo. As informações relativas ao plano de ação, tratativas e avaliações de eficácia dos apontamentos realizados, estão descritos no item 8.15 deste relatório.	C
IBAMA Instrução Normativa Ibama nº 12, de 25-03-2020	Registro Nº 7118355, CTF válido até 05/05/24. Contendo as atividades: 18-3: Marinas, portos e aeroportos.	C
	Verificado relatório RAPP referente ao período 2023/2024, enviado em 28/03/2024. Chave: T511LD6ET6QGEBAE.	C
EXÉRCITO	Certidão de Registro Nº 243044, validade 25/11/24. Atividade – prestação de serviço – armazenagem de produtos químicos. Nº 07.3.0444 – Nitrato de amônio com concentração Superior a 70%. Declararam que, apesar da autorização, o produto objeto desta autorização não é armazenado temporariamente, sendo autorizado apenas o embarque ou desembarque diretos.	C
POLÍCIA FEDERAL PORTARIA MJSP Nº 204/2022 ANEXO I PORTARIA MJSP Nº 223, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022	Evidenciada a FISP do produto URÉIA – Nitrato de amônio. Rfs nº 00203789 20 66344, emitida em 17/02/21 válido até 17/02/26. Componente principal carbamida - CAS 57-13-6. Conforme ANEXO I da PORTARIA MJSP Nº 204/2022, a uréia é produto controlado pela polícia federal, a partir de 1 (um) grama ou 1 (um) mililitro, em concentração igual ou superior a 1%, quando se tratar de exportação ou reexportação para Bolívia, Colômbia e Peru. Auditados declaram que o porto público realiza somente atividades de importação de uréia.	C
FLORA	Declararam não ter realizado corte ou supressão.	NA
GASES, LÍQUIDOS E INFLAMÁVEIS COMBUSTÍVEIS RESOLUÇÃO ANP 05/08 NR20 NBR 15514 NBR 17505	NC - Constatado desatendimento as normas de armazenamento de cilindros de gases oxigênio, na área de manutenção das operadoras portuárias e na Oficina Mecânica do Terminal de Grãos, não sendo respeitada os critérios de infraestrutura, distâncias e rotulagem.	NC 01
PRODUTOS QUÍMICOS NBR 14725 de 03 DE JULHO DE 2023 Resolução ANTT 5232/16 NR 26 NR 32	Foram evidenciados, por amostragem, as seguintes FISPQ de produtos comercializados pelo porto público de SCPAR: FISPQ Nº 00203789.20.75.411, última revisão 12/07/22, do produtos Nitroammonfoska / NPK composto.	NC 02

		<p>FISPQ Nº. 001/09, Produto: BARRILHA, CARBONATO DE SÓDIO ANIDRO, CARBONATO DISSÓDICO ANIDRO, última revisão 17/11/2021.</p> <p>FISPQ nº 0001, CLORETO DE POTÁSSIO, Revisão: 03 – 01/06/2023</p> <p>- FISPQ Nº 053, PRODUTO CÁLCIO AMÔNIO NITRATO, ÚLTIMA REVISÃO 28/10/2011.</p> <p>NÃO CONFORMIDADE: Verificado área de deposição de produtos químicos, no Terminal de Grãos, possui vazamento da bacia de contenção, área sem canaleta ou caixa de contenção. Ainda, constatou-se a existência de manchas no solo, de produto não identificado, próximo as caçambas estacionárias de resíduos e também na área destinada a Oficina Mecânica, ambas no Terminal de Grãos. Bem como, não foi identificado a presença de Kit de mitigação ambiental nas referidas áreas. Evidenciadas falhas na disponibilização da FISPQ dos produtos químicos no almoxarifado da empresa contratada AJM Construtora, na área destinada ao tanque aéreo de armazenamento de 5m³ de óleo diesel e no local de deposição de gases de oxidação da Oficina Mecânica do Terminal de Grãos. Bem como a FISPQ Nº 053, do PRODUTO CÁLCIO AMÔNIO NITRATO, possui revisão anterior a NBR 14725 de 2014. Sendo que a última revisão da ABNT NBR 14725 de 03/07/23, DETERMINOU PRAZO DE 24 MESES PARA ADEQUAÇÃO.</p>	
PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIOS		<p>Evidenciado Plano de Emergência de março de 2024. Determina 10 funcionários como brigadistas.</p> <p>Verificados os certificados de Brigada de incêndio: Curso Básico de Atendimento a Emergências com carga horária total de 40 horas/aula, por amostragem evidenciou-se os certificados válidos e vigentes dos Brigadistas BC EVANDRO Luiz da Silva, Maciel Fernando Sedlak, Valdir Francisco Rocha Junior, Vanderlei Alves Vieira, Valdinei Alves Vieira, Paulo Shinhe.</p>	C
FUMAÇA PRETA		<p>Evidências no Relatório Consolidado 2024: Janeiro de 2017 a Dezembro de 2023, item Item 12.3.2. Subprograma de Monitoramento da Fumaça Preta.</p> <p>Estabelecido meta de monitorar mensalmente cerca de 5% da frota de veículos terceiros (graneleiros e porta-containers).</p> <p>Resultados do monitoramento demonstram que no ano de 2023, os dados de densidade de fumaça preta mostram uma redução em comparação com os anos anteriores. o número de ocorrências em cada faixa de densidade de fumaça preta em 2023:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Faixa de 60%: 34 casos; • Faixa de 80%: 20 casos; • Faixa de 100%: 3 casos. <p>Para o segundo semestre de 2023, além de caminhões, o monitoramento abrangeu também outros maquinários a diesel que operam no pátio do porto, inclusive maquinário próprio da SCPAR Porto de São Francisco do Sul.</p> <p>Como ação corretiva, o Porto notifica a empresa responsável pelo veículo e determina um prazo para a devida manutenção. Posteriormente, é realizada uma nova inspeção neste mesmo veículo.</p> <p>Em relação aos veículos internos monitorados a partir do mês de novembro de 2023, foram amostrados 9 (nove) veículos, sendo que destes, apenas um (1) estava acima do limite com uma densidade de 60%, sendo este veículo uma Pá carregadeira utilizada na operação dos berços.</p>	C

EMISSIONES ATMOSFERICAS	<p>Relatório Consolidado 2024: Janeiro de 2017 a Dezembro de 2023, item 12. PROGRAMA DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE DO AR. Em atendimento às solicitações do item 46. do Parecer Técnico do IBAMA, em 2024, foram adicionados 2 (dois) pontos amostrais, sendo um nas proximidades da esteira de grãos dos berços 101 e 102 (entre os berços) e outro próximo aos armazéns da retroárea do berço 202. São realizadas campanhas trimestrais, as campanhas amostrais realizadas no ano de 2023, em geral, os pontos apresentaram aumento nas concentrações de partículas sólidas em suspensão, entretanto, apenas os pontos #06, #07 e #08 apresentaram resultados sequencialmente acima do preconizado pela Resolução CONAMA No 491/2018. O ponto #04 se apresentou como o local com valores reduzidos, sendo considerado o com melhor sequência amostral para o parâmetro. Local este, próximo às correias de transporte de granel, entre o Berço 101 e 102. Tal procedimento é uma das atividades que mais provoca emissão de partículas pelo processo em si. Quando o granel é transportado, normalmente resíduos são despejados no piso do Berço 101, por cair durante seu transporte. Destaca-se a importância de limpezas periódicas e de maior atenção durante a operação.</p> <p>NC- Constatado que a SCPAR, não dispõe de controle operacional para emissão de material particulado oriundo das operações realizadas na área do Porto de São Francisco (correias transportadoras) e no Terminal de Grãos (moega rodoviária e ferroviária), ambas administradas pela SCPAR, sendo evidenciado que no documento F023 - Levantamento de Aspectos e Impactos Ambientais (LAIA) o controle implantado cita "Programa da qualidade do ar/ subprograma de monitoramento da concentração das partículas totais suspensas". No entanto, esta ação é de monitoramento e não de mitigação e/ou minimização. A constatação é corroborada pelos resultados das campanhas amostrais disponibilizadas no PBA, Relatório Consolidado 2024 - Janeiro de 2017 a Dezembro de 2023.</p>	NC 03
OUTORGA ÁGUA SUPERFICIAL / SUBTERRÂNEA	<p>Possui poço tubular de exploração de água subterrânea. Apesar de o pagamento da taxa para outorga do uso de água já ter sido aprovado no orçamento da empresa, a não conformidade permanece aberta, devido a não possui outorga.</p> <p>NCR – Não foi evidenciada Outorga de autorização de uso de água subterrânea.</p> <p>Evidências: Cadastro com Declaração enviada em: 07/01/2019 09:31:21 Protocolo de Entrega: 31303.33132.31343.05343</p> <p>CNUA: 42100713753-20. Cadastro com Declaração enviada em: 07/01/2019 09:31:21 Protocolo de Entrega: 31303.33132.31343.05343 CNUA: 42100713753-20.</p>	NCR 01
PCBs / ASCAREL PORTARIA INTERMINISTERIAL 019/81 DECRETO LEI 5.472/05 NBR 8371 NBR 13882	<p>Evidenciado Relatório de manutenção preventiva DE 07/10/2019 do transformador nº série 202255, de 1500 kVA, o qual se encontra ativo na subestação 05. O mesmo não apresenta análise de PCB/ASCAREL.</p> <p>OBS - Não foi evidenciado laudo de análise que comprove a não contaminação por PCB dos três transformadores à óleo em uso no empreendimento. Conforme art. 2º da Lei nº 14.250, de 25 de novembro de 2021, As pessoas jurídicas de direito público ou privado que utilizem ou tenham sob sua guarda PCBs, transformadores, capacitores e demais equipamentos</p>	OBS 01

		considerados nesta Lei como contaminados por PCBs, bem como materiais, óleos ou outras substâncias contaminadas por PCBs, ficam obrigadas a retirá-los de operação e a promover a destinação final ambientalmente adequada, conforme os prazos previstos na Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes, promulgada pelo Decreto nº 5.472, de 20 de junho de 2005.	
PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS Lei 12.305/10 Resolução CONAMA 313/02 NR 25 Instrução Normativa IBAMA 13/12 Instrução Normativa IBAMA 01/13 RDC nº 72, de 29 de dezembro de 2009/ ANVISA	DE DE	Evidenciado Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS da SCPAR, apresentado junto ao PBA de abril de 2024. Apresentada ART nº 8501401-1 referente ao período de 17/10/22 a 18/10/23. NCR – Não foi evidenciada ART válida pelas atividades de implantação / execução do PGRS.	NCR 02
EXECUÇÃO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NBR 10.004 NBR 11.174 NBR 12.235 NBR 13.221 NBR 16.725 NR 25 Portaria Minter nº 53 de 01/03/79		LICENÇAS AMBIENTAIS DE DESTINATÁRIO E TRANSPORTADORES: Foram levantadas de forma amostral as licenças ambientais para transporte e destinação final dos principais fornecedores de serviços. Evidências: Catarinense - LO IMA Nº 1994/2022 – Validade 27/09/2028 Momento Engenharia Ambiental S.A. Nº 5260/2022 – validade 09/08/2026 Comunidade Terapêutica Abrigo Dívida Misericórdia LAO Nº 22/2018, CERTIDÃO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA - CRL Nº 010/2023, em 08/08/2023.	C
		ARMAZENAMENTO DE RESÍDUOS OBS – Evidenciado durante auditoria de campo o armazenamento de resíduos em desconformidade com a NBR 11.174, devido as falhas nas identificações de algumas caçambas estacionárias, sem identificação do tipo de resíduos, ocasionando a mistura.	OBS 02
		TRANSPORTE / MOVIMENTAÇÃO DMR – Declaração de Movimentação de Resíduos: Nº 38806, Nº 49148, Nº 68761, Nº 81245, Nº 89583, Nº 110476, Nº 139195, Nº 149967, Nº 164665, Nº 176626.	
		MANIFESTO DE TRANSPORTE DE RESÍDUOS - MTR NC - Não foram apresentados os Manifestos de Transporte de Resíduos – MTRs dos resíduos destinados para empresas Catarinense, Momento Engenharia Ambiental S.A. e Comunidade Terapêutica Abrigo Dívida Misericórdia.	NC 08
		INVENTÁRIO SINIR NA – Não se enquadram na categoria de indústrias citadas no art. 4º da Resolução CONAMA 313/2002.	NA
ÁGUA POTÁVEL E BOAS PRÁTICAS		Constatado que o bebedouro, localizado próximo ao Armazém 4, não está sinalizado com água potável e não constava a ficha de controle de limpeza.	OBS 03
EFLUENTES Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 217/01 – ANVISA Resolução CONSEMA nº 181 de 02/08/2021 Resolução CONAMA nº 430/2011		PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE EFLUENTES LÍQUIDOS O programa contempla o monitoramento realizado junto aos canais de drenagem pluvial. Os efluentes provenientes da drenagem do pátio do Porto de São Francisco do Sul – SCPAR, são direcionados para uma caixa Separadora de Água e Óleo (SAO) sem conexão direta com o corpo hídrico, conhecida como caixa cega. O conteúdo da SAO é retirado por caminhões hidro vácuo pertencentes a empresas licenciadas, incumbidas do	NC 04

	<p>esgotamento, transporte e disposição final dos resíduos provenientes da estação de tratamento, incluindo os efluentes sanitários.</p> <p>Em 2023 foram realizadas 12 campanhas para os pontos #1.1 e 2.1 e seis campanhas no #3.1, pois, este ponto foi desativado em julho deste ano. Sendo assim, obteve-se um total de 30 amostras, durante as campanhas de 2023 das quais sete (7) apresentam não conformidades o que corresponde a 3,89%. Duas amostras do #1.1 e do 2.1 apresentaram valores de pH abaixo do limite e 1 amostra de cada um dos pontos #1.1, #2.1 e #3.1 apresentou valores acima do limite preconizado para DBO.</p> <p>Além disso, os parâmetros OD e coliformes termotolerantes apresentaram resultados acima dos padrões de enquadramento para classe I, conforme RES. CONAMA 357 de 2005.</p> <p>Declararam que possuem plano de ação a construção de uma Estação de Tratamento de efluentes.</p> <p>NC – Conforme Programa de gerenciamento e monitoramento de efluentes, os efluentes vêm sendo lançados acima dos padrões máximos permitidos. Não possuem Estação de Tratamento de Efluentes.</p>	
	<p>ÁGUA DE LASTRO</p> <p>Em 2023, teve-se a retomada da coletas de água de lastro (Figura 247) com amostragens nas seguintes datas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 29/06/2023 (ANNY P) • 21/08/2023 (M/V GENEVA) • 14/09/2023 (ORCHID) • 11/11/2023 (ALPHA LEGACY) • 08/12/2023 (SOYA TIANJIN) <p>A quase totalidade das análises de risco de lastro é classificada como ALTA. Esse é um resultado esperado baseado nos altos volumes de deslastro obtidos;</p> <p>Os resultados do Programa de Monitoramento de Água de Lastro, do Porto de São Francisco do Sul, são estáveis, em sua grande maioria, no período amostrado;</p> <p>De uma forma geral, é necessário um aperfeiçoamento na base dos dados obtidos nos formulários de água de lastro para uma melhor análise. Constantemente, o preenchimento dos formulários de lastro (tanto NORMAM20 como PSP) são incompletos ou errados; e Deve-se dar atenção especial às origens classificadas como de risco alto, devendo permanecer o monitoramento microbiológico atuante nestas embarcações.</p> <p>Estão sendo definidas ações no intuito de buscar a sensibilização das tripulações das embarcações de acordo com as orientações do Programa de Comunicação Social, sobre a importância da troca oceânica da água de lastro, instruindo sobre a existência de norma brasileira referente ao assunto e de suas penalidades e sanções. As ações serão implementadas em 2024, após validação da autoridade portuária, e serão devidamente apresentadas ao órgão ambiental no próximo relatório consolidado.</p> <p>Evidências:</p> <p>Plano Básico Ambiental – PBA, relatório consolidado, abril 2024.</p> <p>OBS – Conforme monitoramento realizado em 2023, evidenciado no PBA, o preenchimento dos formulários de lastro (tanto NORMAM20 como PSP) são incompletos ou errados; e deve-se dar atenção especial às origens classificadas como de risco alto, devendo permanecer o monitoramento microbiológico atuante nestas embarcações.</p>	OBS 04

7.3 Identificação da existência e validade das licenças ambientais

Durante este processo de auditoria, foram evidenciadas as seguintes licenças ambientais vigentes:

- Licença de Operação LAO nº 548/2006 - 2ª Renovação (2ª Retificação), NÚMERO DO PROCESSO: 02001.005796/2004-44, emitida pelo IBAMA em 17/05/2019, válida até 29/05/2025:

Relativa as atividades gestão portuária realizadas na área do Porto Organizado de São Francisco do Sul, localizado no Município de São Francisco do Sul – SC, contemplando atividades de dragagem de manutenção nos cais de navegação, bacias de evolução e berços de atracação.

Onde, a 2ª retificação, refere-se a alteração de responsabilidade do antigo empreendedor ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL para o atual SCPAR PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL S.A.

Verificado ainda o documento de alteração de responsabilidade Publicação no DOU, ISSN 1677-7069 No 204, segunda-feira, 21 de outubro de 2019:

Processo no 50000.003113/2018-72. Extrato do 6o Termo Aditivo ao Convênio de Delegação no 001/2011, que entre si celebram a União, por intermédio do Ministério da Infraestrutura, CNPJ/MF no 37.115.342/0001-67, com interveniência da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, CNPJ no 04.903.587/0001-08, e o Estado de Santa Catarina, com interveniência da SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A., CNPJ/MF no 29.307.982/0001-40 e anuência da SC Participações e Parcerias S.A., CNPJ/MF no 07.293.552/0001-84. Do Objeto: Substituição da Administração do Porto de São Francisco do Sul - APSFS pela SCPAR PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL S.A. como entidade responsável pela administração do Porto Organizado de São Francisco do Sul, cuja exploração foi delegada ao Estado de Santa Catarina por meio do Convênio de Delegação no 01/2011 e a alteração e consolidação das cláusulas originais do Convênio de Delegação no 01/2011. Data da Assinatura: 19 de setembro de 2019. Assinam: Pelo Ministério da Infraestrutura, o Secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários DIOGO PILONI E SILVA, pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, o Diretor-Geral MARIO POVIA, pelo Estado de Santa Catarina, o Governador CARLOS MOÍSES DA SILVA, pela SCPAR Porto de São de Francisco, o Diretor-Presidente JOÃO BATISTA FURTADO e o Diretor DIEGO MACHADO ENKE e pela SCPAR Participações e Parcerias S.A., o Diretor-Presidente GUSTAVO SALVADOR PEREIRA e o Diretor FABIANO RAMALHO.

Verificada a publicação no Diário oficial de SC a CONCESSÃO DE RETIFICAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO – LO para empresa SCPAR PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL S.A.

Registrada a seguinte não conformidade:



NC 06 (QUADRO 3 – ITEM 1.3): Verificado a existência e operação de Terminal de Grãos, na área do Porto de São Francisco, sem o devido licenciamento ambiental (Resolução CONAMA 237/1997).

7.4 Verificação do cumprimento das condições estabelecidas nas licenças

Todas as condicionantes da Licença de Ambiental da LO nº N° 548/2006 - 2ª RENOVAÇÃO (2ª RETIFICAÇÃO), válida até 29/05/2025, foram verificadas. As evidências e constatações de auditoria relacionadas as condições e restrições da LO, podem ser observadas no Quadro 3, item 9 deste relatório. O resumo dos desvios e apontamentos podem ser observados no item 10. E a conclusão desta auditoria pode ser observada no item 11.

7.5 Verificação da existência de acordos e compromissos, tais como termos de compromisso ambiental e/ou termos de ajustamento de conduta ambiental e eventuais planos de ação definidos nesta resolução e a verificação do cumprimento das obrigações assumidas

Os auditados declaram não possuir Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) ou Termo de Compromisso Ambiental (TCA) junto ao Ministério Público.

7.6 Identificação da existência processos administrativos e Autos de Infração

Os auditados declaram não possuir processos administrativos e autos de infração em andamento.

9 AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DA GESTÃO AMBIENTAL (PLANEJAMENTO)

8.1 A verificação da existência de uma política ambiental documentada, implementada, mantida e difundida a todas as pessoas que estejam trabalhando na instalação auditada, incluindo funcionários de empresas terceirizadas;

Verificou-se o atendimento ao requisito, uma vez que a política ambiental está expressa, documentada, implantada e disponível em seu site público em: <https://portosaofrancisco.com.br/programas-ambientais/> e assim transcrito: “Garantir que as operações portuárias sejam realizadas com respeito ao meio ambiente por meio da implantação de programas que garantam a prevenção da poluição e a melhoria contínua atendendo a legislação ambiental aplicável”.

8.2 A verificação da adequabilidade da política ambiental com relação à natureza, escala e impactos ambientais da instalação auditada, e quanto ao comprometimento da mesma com a prevenção da poluição, com a melhoria contínua e com o atendimento da legislação ambiental aplicável;

Verificou-se que a política e os programas de monitoramento são adequadas à natureza, escala e impactos ambientais ao Terminal. Destacando o comprometimento com atendimento aos requisitos legais, prevenção da poluição e melhoria contínua, conforme evidências apontadas no item 8.1 e on Plano Básico Ambiental – PBA.

8.3 A identificação e atendimento dos objetivos e metas ambientais das instalações e a verificação se os mesmos levam em conta a legislação ambiental e o princípio da prevenção da poluição, quando aplicável

Objetivos identificados e verificados quanto ao seu embasamento na legislação ambiental. Já quanto aos atendimentos da legislação ambiental, foram detectados desvios conforme evidências descritas no Quadro 2, separado por tema legal, item 7.2 deste relatório.

8.4 A verificação da existência e implementação de procedimento que propiciem a identificação e o acesso à legislação ambiental e outros requisitos aplicáveis

Verificou-se a existência e implementação de procedimentos que propiciem a identificação e acesso à legislação ambiental, realizado no Plano Básico Ambiental - PBA.



Como esse documento é muito extenso e tem um cunho técnico científico, a identificação dos requisitos legais aplicáveis não é objetiva. Somado a isso, o longo período para consolidação anual de seus dados, o dinamismo e amplitude da legislação ambiental brasileira, foi apontado a oportunidade de melhoria (OM 01):

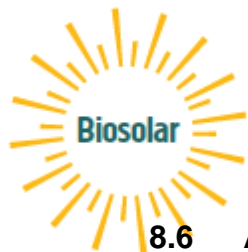
OM 01 - Observa-se que o programa de Gestão ambiental integrada coloca o levantamento de requisitos como uma ação a ser executada. Contudo não há neste documento metodologia, procedimento ou instrução de trabalho de como é realizado o levantamento e de quem são as responsabilidades por cada etapa (identificação da legislação, avaliação da aplicabilidade, definições de ações para fazer cumprir, etc..).

8.5 A verificação da existência e implementação de procedimentos para identificar os aspectos ambientais significativos das atividades, produtos e serviços, bem como a adequação dos mesmos

Evidenciado Procedimento do SGI, Número: PC024 - Levantamento de Aspectos e Impactos Ambientais – LAIA, de Data: 10/06/2024, revisão 00. Os aspectos e impactos ambientais associados às atividades controladas pelo Porto e aqueles que ele pode influenciar, são tratados no documento F023 – Levantamento de Aspectos e Impactos Ambientais (LAIA). Para a elaboração do LAIA são definidos critérios de significância associados a impacto, probabilidade, anormalidade e emergência, entre outros, que, ao serem combinados e classificados de acordo com sua probabilidade/frequência e severidade como "significativos" e "não significativos". Apresentado a planilha “IMPACTOS SIGNIFICATIVOS DO LEVANTAMENTO DE ASPECTOS E IMPACTOS AMBIENTAIS – LAIA”, F023-1 Rev. 1, Data de atualização: 10/06/2024.

Registrada a seguinte NÃO CONFORMIDADE:

NC 03 - Constatado que a SCPAR, não dispõe de controle operacional para emissão de material particulado oriundo das operações realizadas na área do Porto de São Francisco (correias transportadoras) e no Terminal de Grãos (moega rodoviária e ferroviária), ambas administradas pela SCPAR, sendo evidenciado que no documento F023 - Levantamento de Aspectos e Impactos Ambientais (LAIA) o controle implantado cita “Programa da qualidade do ar/ subprograma de monitoramento da concentração das partículas totais suspensas”. No entanto, esta ação é de monitoramento e não de mitigação e/ou minimização. A constatação é corroborada pelos resultados das campanhas amostrais disponibilizadas no Relatório Consolidado 2024 - Janeiro de 2017 a Dezembro de 2023.



8.6 A verificação da existência e implementação de procedimentos e registros da operação e manutenção das atividades/equipamentos relacionados com os aspectos ambientais significativos

A GERMA evidenciou um plano de contingência e medidas profiláticas, apoiando-se ainda na autoridade da ANVISA para cobrar adequação de prestadores de serviços e operadores, criou e melhorou *checklists* de inspeção, utilizou sistema interno de comunicação oficial para manter registros e planejou mudança de termos de referência de contratos de provedores, que permitirá no futuro uma abordagem mais direta na cobrança dos fornecedores, mediante condicionantes de pagamento. Convém manter e melhorar este processo constantemente, a fim de fiscalizar práticas operacionais e manter um processo contínuo de registro, notificação e cobrança dos terceirizados, como medida educacional e de controle.

Registrada a OBSERVAÇÃO:

OBS 05 - Verificado, no Terminal de Grãos, que a sistemática de limpeza das áreas operacionais (moegas rodo e ferroviária), bem como demais áreas, não se apresenta eficiente, e seu processo não se encontra documentado, ocorrendo a limpeza conforme demanda. Recomenda-se que este processo seja documentado, a fim de ter uma sistemática definida e com limpeza programadas e registradas.

8.7 A identificação e implementação de planos de inspeções técnicas para avaliação das condições de operação e manutenção das instalações e equipamentos relacionados com os aspectos ambientais significativos

Como citado no item 8.6 acima, há procedimento e são realizadas inspeções, com registros no sistema interno de comunicação oficial.

8.8 A identificação e implementação dos procedimentos para comunicação interna e externa com as partes interessadas

Identificou-se a implementação de procedimentos para comunicação interna e externa com as partes interessadas, sendo estes registrados em programa específico de acordo com as seguintes evidências documentais: Plano Básico Ambiental – PBA, Relatório consolidado de abril de 2024.

Observa-se que o Plano de Emergência, citado no Quadro 2 – tema legal Proteções contra incêndio, possui sistemática própria referente as comunicações em caso de acionamento do mesmo.



Auditados declaram que utilizam ainda o sistema interno RIP e ROP para comunicação de acidentes e não conformidades. E que utilizam o Sistema SGP-e para comunicar e realizar tramitações interna e externa com partes interessada.

8.9 A verificação dos registros de monitoramento e medições das fontes de emissões para o meio ambiente ou para os sistemas de coleta e tratamento de efluentes sólidos, líquidos e gasosos

Verificaram-se os registros de monitoramento e medições das fontes de emissão para o meio ambiente de efluentes sólidos, líquidos e gasosos.

Foram registrados desvios com relação a falha no planejamento e com relação aos , registros de limpeza, conforme apontado na OBS 05. Registrou-se também a não conformidade NC 04 relativa ao lançamento de efluentes a cima dos padrões das legislações devido a inexistência do tratamento de efluente.

8.10 A existência de análises de risco atualizadas da instalação

Evidenciado EAR 5ª Edição Atendimento ao Parecer Técnico Nº 02/2023/CPREV/CGEMA/DIPRO PROCESSO IBAMA Nº 02001.005796/2004-44, emitido em abril de 2023.” RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA ELABORAÇÃO DO EAR é a empresa ACQUAPLAN Tecnologia e Consultoria Ambiental Ltda, e os responsáveis Técnicos Fernando Luiz Diehl Cargo/Função: Oceanógrafo Registro Profissional: AOCEANO 104. CTF IBAMA: 198583; Vinicius Dalla Rosa Coelho Cargo/Função: Engenheiro Ambiental e de Segurança Registro Profissional: CREA-SC 078574-9, CTF IBAMA: 610896. Thelma Luiza Scolaro Cargo/Função: Oceanógrafa Registro Profissional: AOCEANO 1906, CTF IBAMA: 5000357.

A análise dos riscos inerentes às operações e manejo dos produtos armazenados no Porto de São Francisco do Sul demonstrou que em nenhum cenário de risco avaliado existe a possibilidade de pessoas situadas fora das instalações serem atingidas por um eventual acidente. De acordo com a metodologia proposta pela Norma P4.261/2011, Risco de Acidente de Origem Tecnológica - Método para decisão e termos de referência da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), dispensa a necessidade da realização da quantificação dos riscos analisados.

As medidas preventivas e mitigadoras para os Cenários de Risco identificados neste EAR estão descritas em detalhes no PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos do Porto, bem como as ações de resposta para cada cenário/hipótese acidental encontram-se, da mesma forma, indicadas e descritas no PAE – Plano de Ação de Emergência do Porto de São Francisco do Sul. Ainda, para casos de incidentes envolvendo derramamento com derivados de petróleo,



tanto com as embarcações que operam no terminal, quanto com máquinas e equipamentos, os procedimentos a serem seguidos encontram-se apresentados no Plano de Emergência Individual – PEI.

8.11 A existência de planos de gerenciamento de riscos

Evidenciado o PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS – PGR, do Porto de São Francisco do Sul, Município de São Francisco do Sul, SC 4ª Edição Atendimento ao Parecer Técnico Nº 02/2023/CPREV/CGEMA/DIPRO, emitido em abril de 2023. Não sendo evidenciado o relatório de auditoria no PGR bienal, conforme definido no programa.

NC 05 – Não foi evidenciado Relatório de Auditoria conforme estabelecido no PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS – PGR.

8.12 A existência de plano de emergência individual e registro dos treinamentos e simulações por ele previstos

Evidenciado o Plano de Emergência Individual – PEI, Porto de São Francisco do Sul, Município de São Francisco do Sul, SC. 5ª Edição Atendimento ao Parecer Técnico Nº 02/2023/CPREV/CGEMA/DIPRO PROCESSO IBAMA Nº 02001.005796/2004-44, emitido em Abril de 2023. Contendo: cenários acidentais, procedimentos para resposta, avaliações de riscos, análise de vulnerabilidade, revisão, treinamento e exercícios de resposta, fluxograma de acionamento, telefones para contatos das autoridades. Segundo Cronograma das ações, devem ser executado um simulado anual do PEI. Com base nos cálculos, a quantidade mínima de barreiras de contenção definida para o

O dimensionamento da quantidade de materiais absorventes utilizados na limpeza final da área do derramamento e nos locais inacessíveis aos recolhedores atenderá a Resolução CONAMA Nº 398/2008. Sendo assim, o Porto de São Francisco deverá possuir:

Equipamento	Resolução CONAMA Nº 398/08	Quantidade
Barreiras absorventes	O mesmo comprimento das barreiras utilizadas para a contenção do óleo;	1.517 metros
Mantas absorventes	Em quantidade equivalente ao comprimento das barreiras utilizadas para a contenção;	1.517 metros
Materiais absorventes a granel	Em quantidade compatível com a estratégia de resposta.	75 kg

Evidenciado o 4º Termo aditivo ao Contrato 0049/2019 firmado com a empresa Ambipar Response Dracares apoio marítimo e portuário S.A. O referido contrato contempla a implantação e operação de Base de emergências ambientais; simulado – exercício completo de resposra (16h). Treinamentos teóricos (16h); Relatório de atendimento a Acidentes ambientais; Verbas para emergências. A Base de Emergência – BE dispõe de equipamentos e



materiais para ações de resposta e a prestação de serviço de pessoal especializado (quatro operadores).

- ATA DO 1º SIMULADO PRÁTICO ANO 2023, em 30/05/23, com 22 participantes. Simulado prático realizado junto ao gerador de energia, próximo ao pátio da retroárea do berço 201, tendo como cenário: Ventos fortes, resgate de vítima, incêndio e vazamento de óleo.
- Relatório Técnico Simulado, elaborado pela empresa Ambipar, das atividades executadas, no Simulado Prático realizado em maio de 2023 referente ao Contrato de Prestação de Serviços de Operação de Base de Atendimento Emergencial nº 0049/2019.

Evidenciado REGIMENTO INTERNO DO PLANO DE AJUDA MÚTUA DO COMPLEXO PORTUÁRIO DA BAIÁ DA BABITONGA – PAM CPBB. Revisão – REV01, em 21/09/23.

- ATA DO 2º SIMULADO ANO 2023, em 07/12/23, com 17 participantes, incluindo as empresas . Simulado de mesa realizado no auditório da SCPar Porto de São Francisco do Sul, tendo como cenário: colisão entre embarcações, ventos fortes, mar agitado, resgate de vítimas no mar e vazamento de óleo. Simulado com acionamento do PAM-CPBB.

8.13 A verificação dos registros de ocorrência de acidentes;

Conforme evidenciadas descritas nos itens 1.5 e 1.5.1 do Quadro 2.

8.14 A existência de procedimentos e registros na ocorrência de não-conformidades ambientais

Foi verificada existência de procedimentos e registros de ocorrências de não conformidades ambientais relacionadas a derramamento de óleo. Sendo que a detecção pode ser feita pela guarda portuária, através do monitoramento de câmeras. Após a detecção, é gerando um boletim de ocorrência BO ou pela gerência de meio ambiente que, de qualquer forma, emite um Relatório de Inspeção Portuária – RIP e então a ocorrência é tratada, resultando em um Relatório de atendimento a emergência R2.

Evidências:

Relatório de Inspeção Portuária (RIP) 04/2024. Ocorrência: Vazamento de óleo diesel de veículo placas LZY-5D15, a serviço da Empresa Master Operações Portuárias Ltda na região do recuo do Gate 02. O evento ocorreu por volta das 19:25 hs do dia 21 de janeiro de 2024. Empresa Dracares foi acionada para a contenção do óleo e limpeza do local. Foi registrado o Boletim de Ocorrência de número 06/2024. A Empresa Master deverá apresentar o relatório detalhado indicando os procedimentos adotados bem como o CDF e o MTR no prazo de 10 dias.



R1 - RELATÓRIO DE ATENDIMENTO, emitido pela Ambipar, com a descrição do atendimento: “Óleo que ficou no asfalto for retirado pela empresa ambipar que rapidamente chegou ao local.

OBS: material recolhido descartado Kit Emergência”.

R.A Nº 08692/0893 dia 17/05/2021 15:20 – Registrando atendimento a ocorrência reportada pela Gerência Ambiental

8.15 A verificação da existência e implementação de mecanismos e registros para a análise crítica periódica do desempenho ambiental e sistema de auditorias internas

Empreendimento não realiza análise crítica do desempenho ambiental e auditorias internas. Registrada a Oportunidade Melhoria:

OM 02 – Convém realizar análise crítica periódica, sobre o sistema de gestão ambiental existente.

Nesta auditoria foram verificadas as ações tomadas para corrigir os desvios apontados no último relatório de auditoria compulsória, protocolado em 27/01/2022, conforme Recibo Eletrônico de Protocolo - 11815447. Sendo que os desvios abaixo foram considerados como reincidentes:

NCR 01 - (QUADRO 2 – OUTORGAS DE USO DE ÁGUA): Possui poço tubular, não sendo evidenciada Outorga de autorização de uso de água subterrânea, apenas os cadastros.

NCR 02 (QUADRO 2 – PGRS): Não foi evidenciada ART referente as atividades de implementação/execução do PGRS, em desacordo com o art. 23 da Le 12303/2010.

8.16 A verificação da existência de definição de responsabilidades relativas aos aspectos ambientais significativos

As Responsabilidades, estão definidas e podem ser observadas no PBA e no PGRS. Contudo, conforme item 8.6 – OBS 05 e na NC 03, há falhas relacionada aos aspectos ambientais. Convém que as responsabilidades sejam observadas durante análise de abrangência desses desvios.

8.17 A existência de registros da capacitação do pessoal cujas tarefas possam resultar em impacto significativo sobre o meio ambiente

Evidenciados os registros no PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, RA Nº 19, de setembro de 2023, à saber:



Durante setembro/23, deu-se continuidade nas reuniões educativas presenciais com os trabalhadores das empresas tercerizadas, ainda fruto dos ofícios protocolados em agosto. A dinâmica seguiu a mesma explicada nos relatórios anteriores: PEAT sobre o tema da 11ª Edição “Pequenos Vazamentos de Óleo no Ambiente Portuário”, palestra de 35 minutos, preenchimento de formulário para avaliar e fixar o conhecimento através de três perguntas de nível fácil (10 minutos) (Figura 10 e Figura 11). Os treinamentos ocorreram nos dias 05 e 12 de setembro, com atendimento de duas turmas por dia no auditório da SCPAR Porto de São Francisco do Sul. No dia 21 de setembro foi realizada uma palestra no auditório da Cotracarg. Ao todo foram abordadas 5 turmas somando 136 trabalhadores, conforme pode ser conferido nas listas de presenças do Anexo 1.6.2 do RA Nº 19.

8.18 A existência de mecanismos de controle de documentos

Os mecanismos de controle de documentos são realizados dentro do sistema SGP-e. Internamente no setor de meio ambiente registra na pasta GERMA.

8.19 A verificação das condições de manipulação, estocagem e transporte de produtos que possam causar danos ao meio ambiente

Registrados os seguintes desvios:

OBS 06 (ITEM 8.19 RELATÓRIO - CONDIÇÕES DE MANIPULAÇÃO, ESTOCAGEM E TRANSPORTE DE PRODUTOS QUE POSSAM CAUSAR DANOS AO MEIO AMBIENTE):

Constatado que a futura área de deposição de produtos químicos, não apresenta canaletas e caixa de contenção. Recomenda-se que a estrutura esteja adequada e segura para o recebimento dos produtos químicos.

NC 02 (QUADRO 2 – PRODUTOS QUÍMICOS): Verificada área de deposição de produtos químicos, no Terminal de Grãos, possui vazamento da bacia de contenção, área sem canaletas ou caixa de contenção. Ainda, constatou-se a existência de manchas no solo, de produto não identificado, próximo as caçambas estacionárias de resíduos (Foto 1) e também na área destinada a Oficina Mecânica (Foto 2), ambas no Terminal de Grãos. Bem como, não foi identificado a presença de Kit de mitigação ambiental nas referidas áreas. Evidenciadas falhas na disponibilização da FISPQ dos produtos químicos no almoxarifado da empresa contratada AJM Construtora, na área destinada ao tanque aéreo de armazenamento de 5m³ de óleo diesel e no local de deposição de gases de oxidação da Oficina Mecânica do Terminal de Grãos. Bem como a FISPQ Nº 053, do PRODUTO CÁLCIO AMÔNIO NITRATO, possui revisão anterior a NBR 14725 de 2014. Sendo que a última revisão da ABNT NBR 14725 de 03/07/23, DETERMINOU PRAZO DE 24 MESES PARA ADEQUAÇÃO.



Foto 1. Manchas no solo, de produto não identificado, próximo as caçambas estacionárias de resíduos.



Foto 2. Manchas no solo na área destinada a Oficina Mecânica.



10 VERIFICAÇÃO DO ATENDIMENTO ÀS CONDICIONANTES ESTABELECIDAS NAS LICENÇAS AMBIENTAIS

Quadro 3 – Quadro resumo LO.

CONDICIONANTES LICENÇA DE OPERAÇÃO N° 548/2006 - 2ª RENOVAÇÃO (2ª RETIFICAÇÃO)	CONSTATAÇÃO	EVIDÊNCIA
CONDIÇÕES GERAIS		
1.1. Esta licença deverá ser publicada em conformidade com a Resolução CONAMA n° 06/1986, sendo que cópias das publicações deverão ser encaminhadas ao Ibama no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a data de emissão.	C	Evidenciada publicação no Diário oficial SC – n° 21.038 em 17/06/19. Em 24/06/19 realizado protocolo junto ao IBAMA, protocolo n° 5345920.
1.2. O Ibama, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar esta Licença, caso ocorra: • violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais; • omissão ou falsa descrição de informações relevantes, que subsidiaram a expedição da licença; • graves riscos ambientais e de saúde.	C	Auditados estão cientes. Não foram evidenciados pareceres modificando as condicionantes da LO.
1.3. Qualquer alteração das especificações do projeto, do escopo dos programas ambientais aprovados ou dos prazos previstos nesta Licença deverá ser precedida de anuência do Ibama.	NC 06	NC - Verificado a existência e operação de Terminal de Grãos, na área do Porto de São Francisco, sem o devido licenciamento ambiental (Resolução CONAMA 237/1997).
1.4. Deverá constar no escopo de todo material usado no âmbito dos Programas Ambientais e/ou fixado em local visível, a informação para esclarecimento público de que tais ações fazem parte de condicionante de validade desta Licença exigida pelo Ibama, em conformidade com as normas do item 5.3 do Anexo da Instrução Normativa do Ibama n° 02/2012.	C	Informação consta no escopo dos Programas de Educação Ambiental, conforme evidências no PBA Relatório consolidado de abril de 2024..
1.5. Conforme art. 6° da Instrução Norma Fva do Ibama n° 15, de 06 de outubro de 2014, os acidentes ambientais deverão ser comunicados via Sistema Nacional de Emergências Ambientais – Siema, imediatamente após o ocorrido, independente das medidas tomadas para seu controle. Esse sistema está disponível na página da Emergência Ambiental do Ibama, e pode ser acessado no link: http://www.ibama.gov.br/emergencias-ambientais .	NC 07	Evidenciado e-mail ao smma@saofranciscodosul.sc.gov.br em 1 de mar. de 2024 às 09:58, de comunicação sobre uma mancha órfã que acabou não se confirmando, visto que a Base de Emergência não identificou nas buscas efetuadas. Auditados declaram ocorrência do seguinte acidente em 2023: - R2 - RELATÓRIO DE ATENDIMENTO A EMERGÊNCIA, contendo a descrição Vazamento de cerca de 15 litros óleo combustível da embarcação Aspirante Moura, no Berço103, coordenadas 26.240S e 48.635W, ocorrido no dia 20/01/2023, com atendimento inicial às 18h e término às 20h30. Devido ao

		<p>rompimento do mangote de conexão durante o abastecimento. Evidenciado protocolo do relatório completo conforme Recibo Eletrônico de Protocolo – 14961316, em 17/02/2023.</p> <p>Evidenciado envio de email para emergenciasambientais.sede@ibama.gov.br, em 24 de janeiro de 2023.</p> <p>Evidenciado BOLETIM DE OCORRÊNCIA nº 006 em 20/01/2023</p> <p>Apresentado ainda o OFÍCIO DIRP Nº 032/2023, datado em 15/02/2015.</p> <p>NC – Comunicação ao Ibama realizada 3 dias após a ocorrência do acidente, não sendo evidenciada comunicação imediatamente após o ocorrido, conforme definida na condicionante. Declaram que não foi realizado comunicado via Sistema Nacional de Emergências Ambientais – Siema devido ao mesmo estar inoperante.</p>
<p>1.5.1. No prazo máximo de 30 (trinta) dias após a ocorrência de um acidente ambiental, deverá ser protocolado na Coordenação Geral de Emergências Ambientais (CGEMA), na Coordenação de Portos, Aeroportos e Hidrovias (COPAH) e na Superintendência do IBAMA em Santa Catarina (SUPES/SC) o Relatório de Atendimento a Acidentes Ambientais contendo, no mínimo: (i) caracterização da área afetada devidamente georreferenciada, (ii) danos ambientais e/ou à saúde, (iii) descrição detalhada das medidas de intervenção implementadas e a eficiência verificada, (iv) proposta de encaminhamentos a serem adotados, com cronograma (investigação confirmatória/detalhada, avaliação de risco, monitoramento, e demais medidas de intervenção e gerenciamento).</p>	OBS 07	<p>Conforme evidencias citadas no item 1.5, evidenciada conformidade no atendimento de prazo.</p> <p>OBS – Observa-se que os relatórios apresentam falhas com relação proposta de encaminhamentos pós ocorrência. Não sendo evidenciado cronograma para execução de investigação confirmatória/detalhada, avaliação de risco, monitoramento e demais medidas de intervenção e gerenciamento, como análise de abrangência e eficácia das ações tomadas.</p>
<p>1.6. O Ibama poderá solicitar, a qualquer momento, a realização de simulados para atendimento a emergências ambientais, de acordo com os cenários acidentais apresentados nos planos de emergência do empreendimento.</p>	C	Conforme evidencias citadas no item 8.12 do relatório.
<p>1.7. Esta licença não exige o empreendedor da obtenção de outras autorizações junto a outros órgãos, porventura exigíveis.</p>	C	Auditados estão cientes. Outros requisitos aplicáveis verificados no quadro 1.
<p>1.8. A renovação desta licença deverá ser requerida num prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias, antes do término da sua validade, dando publicidade ao requerimento, em conformidade com a Resolução CONAMA nº 06/1986, sendo que cópias das publicações deverão ser encaminhadas ao Ibama.</p>	C	Cientes, licença não tá em processo de renovação. O pedido de renovação foi realizado dentro do prazo estipulado na condicionante 1.4 da LO nº 548/2006, que é de 120 dias antes do final da validade da licença, conforme parecer 02026.000033/2015-81 /2015 NLA/SC/IBAMA 02001.005796/2004-44.
CONDIÇÕES ESPECÍFICAS		
<p>2.1. Continuar a execução dos Programas Ambientais elencados abaixo, implementados para a gestão portuária do Porto de São Francisco do Sul, considerando as orientações contidas nos pareceres referentes à análise dos relatórios periódicos:</p>	OBS 08	<p>Evidenciado a continuidade dos programas no último relatório anual do PBA de 2023, reapresentação do Relatório Consolidado do Plano Básico Ambiental – 2023 e respectivos anexos em 11 de junho de 2024. A reapresentação dos documentos</p>

Sistema de Gestão Ambiental; Programa de Monitoramento da Qualidade da Água; Programa de Monitoramento da Biota Aquática; Programa de Monitoramento de Bioindicadores e Biomonitorios; Programa de Monitoramento da Qualidade de Sedimentos; Programa de Monitoramento da Qualidade do Ar; Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos; Programa de Gerenciamento de Efluentes Líquidos; Programa de Educação Ambiental; Programa de Comunicação Social; Programa de Remoção da Comunidade Bela Vista.		já protocolados em 01/02/2024 (SEI 18244802 e 18249983), em atendimento à solicitação do Nucleo de Licenciamento Ambiental - NLA/SC - IBAMA. OBS – Evidenciou-se que não foram desenvolvidas atividades no programa Remoção da Comunidade Bela Vista, durante o ano de 2023. Conforme anexo 12 do PBA - PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DA COMUNIDADE BELA VISTA, a última atividade foi o registro de ata / reunião datada em 14/10/2022 referente ao Diagnóstico Socioeconômico da Comunidade Bela Vista.
2.2. Entregar ao IBAMA, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, o Plano Básico Ambiental atualizado e em conformidade com as diretrizes metodológicas propostas no Parecer 02026.000033/2015-81 NLA/SC/IBAMA (relativo à renovação desta Licença de Operação) e no Parecer 002243/2014 COPAH/IBAMA (relativo à integração dos programas ambientais dos empreendimentos portuários da Baía da Babitonga).	C	Evidenciado relatório anual do PBA de 2023, compilado com anexos, protocolado em 11/06/2024, SEI nº 19543968.
2.3. Apresentar relatórios consolidados anuais dos programas de monitoramento ambiental, nos prazos específicos estabelecidos em seus cronogramas, avaliando e interpretando de forma integrada os dados levantados	C	Evidências citadas no item 2.1 e 2.2.
2.4. Todos os planos, relatórios e programas devem ser elaborados por profissionais habilitados e entregues impressos (com assinatura dos profissionais e com as páginas rubricadas pelo responsável técnico) e em formato digital.	C	Conformidade evidenciada nas páginas de 12 a 15 do PBA de 2023.
2.5. Apresentar relatórios bienais das Auditorias Ambientais, de acordo com a legislação vigente.	C	Evidenciado relatório da última auditoria AMBIENTAL Compulsória Res. CONAMA 306/2002, protocolado em 27/01/22 conforme Recibo Eletrônico de Protocolo – 11815447.
2.6. Entregar ao IBAMA, no prazo de 90 (noventa) dias, a versão revisada do Plano de Gerenciamento de Riscos, Estudo de Análise de Risco, Plano de Emergência Individual e Plano de Ação de Emergência, seguindo as orientações do Parecer 000262/2014 CGEMA/IBAMA. Estes planos e estudos devem ser atualizados e reapresentados ao IBAMA sempre que houver modificações operacionais, estruturais ou administrativas na área do Porto Organizado, independente das atualizações previstas na legislação.	C	Evidenciado protocolo em 28/06/24, SEI/IBAMA - 19738492 , em resposta ao no Ofício Nº DIRP/049/2024.
2.7. As dragagens de manutenção somente poderão ser efetuadas mediante autorização do IBAMA. A solicitação desta autorização deverá ser apresentada na forma de um Plano Conceitual de Dragagem, com prazo mínimo de 90 (noventa) dias antes do início previsto para a dragagem, contendo as seguintes informações:	C	Cientes da necessidade de autorizações. Conforme determinado PBA 2024, durante o ano de 2023 não foram executadas atividades de Dragagem e Derrocagem.



Levantamento batimétrico da área a ser dragada; Apresentação das cotas pretendidas e cotas de eventual projeto anterior; Delimitação da área a ser dragada com coordenadas georreferenciadas; Volume a ser dragado; Delimitação das áreas de disposição propostas, com suas coordenadas georreferenciadas. Cronograma de execução; Características dos equipamentos de dragagem; Programa de Gestão Ambiental da Dragagem de Manutenção, conforme previsto no Parecer 002243/2014 COPAH/IBAMA.		
2.8. Apresentar o estudo específico e projeto para a alimentação artificial das praias de Itapoá através da disposição do material dragado no canal externo, conforme solicitado no Parecer 000037/2014 NLA/SC/IBAMA.	C	EVIDENCIADO Protocolo SEI nº 15809097, em 19/05/23 dos seguintes documentos: - Plano de Gestão Ambiental – PGA do Projeto de Dragagem, de Janeiro de 2023; - Plano de Gestão Ambiental - PGA do Projeto de Alimentação Praial, de Janeiro de 2023.



11 RESUMO DOS DESVIOS

10.1 Não Conformidades

NC 01 (QUADRO 2 – GASES, LÍQUIDOS, COMBUSTÍVEIS E INFLAMÁVEIS): Constatado desatendimento as normas de armazenamento de cilindros de gases oxicorte, na área de manutenção das operadoras portuárias e na Oficina Mecânica do Terminal de Grãos, não sendo respeitada os critérios de infraestrutura, distâncias e rotulagem.

NC 02 (QUADRO 2 – PRODUTOS QUÍMICOS): Verificado área de deposição de produtos químicos, no Terminal de Grãos, possui vazamento da bacia de contenção, área sem canaleta ou caixa de contenção. Ainda, constatou-se a existência de manchas no solo, de produto não identificado, próximo as caçambas estacionárias de resíduos e também na área destinada a Oficina Mecânica, ambas no Terminal de Grãos. Bem como, não foi identificado a presença de Kit de mitigação ambiental nas referidas áreas. Evidenciadas falhas na disponibilização da FISPQ dos produtos químicos no almoxarifado da empresa contratada AJM Construtora, na área destinada ao tanque aéreo de armazenamento de 5m³ de óleo diesel e no local de deposição de gases de oxicorte da Oficina Mecânica do Terminal de Grãos. Bem como a FISPQ N° 053, do PRODUTO CÁLCIO AMÔNIO NITRATO, possui revisão anterior a NBR 14725 de 2014. Sendo que a última revisão da ABNT NBR 14725 de 03/07/23, DETERMINOU PRAZO DE 24 MESES PARA ADEQUAÇÃO.

NC 03 (QUADRO 2 - EMISSÕES ATMOSFÉRICAS): Constatado que a SCPAR, não dispõe de controle operacional para emissão de material particulado oriundo das operações realizadas na área do Porto de São Francisco (correias transportadoras) e no Terminal de Grãos (moega rodoviária e ferroviária), ambas administradas pela SCPAR, sendo evidenciado que no documento F023 - Levantamento de Aspectos e Impactos Ambientais (LAIA) o controle implantado cita “Programa da qualidade do ar/ subprograma de monitoramento da concentração das partículas totais suspensas”. No entanto, esta ação é de monitoramento e não de mitigação e/ou minimização. A constatação é corroborada pelos resultados das campanhas amostrais disponibilizadas no PBA, Relatório Consolidado 2024 - Janeiro de 2017 a Dezembro de 2023.

NC 04 (QUADRO 2 – EFLUENTES): Conforme Programa de gerenciamento e monitoramento de efluentes, os efluentes vêm sendo lançados acima dos padrões máximos permitidos.



Sendo corroborado pela SCPAR que não possui tecnologia para tratamento de efluentes implementada.

NC 05 (RELATÓRIO ITEM 8.11 - PLANO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS – PGR): Não foi evidenciado Relatório de Auditoria conforme estabelecido no PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS – PGR, 4ª Edição em atendimento ao Parecer Técnico Nº 02/2023/CPREV/CGEMA/DIPRO, emitido em abril de 2023.

NC 06 (QUADRO 3 – ITEM 1.3): Verificado a existência e operação de Terminal de Grãos, na área do Porto de São Francisco, sem o devido licenciamento ambiental (Resolução CONAMA 237/1997).

NC 07 (QUADRO 3 – ITEM 1.5 DA LO): Comunicação ao IBAMA realizada 3 dias após a ocorrência do acidente, não sendo evidenciada comunicação imediatamente após o ocorrido, conforme definida na condicionante. Declaram que não foi realizado comunicado via Sistema Nacional de Emergências Ambientais – Siema devido ao mesmo estar inoperante.

NC 08 (QUADRO 2 – EXECUÇÃO DO PGRS): Não foram apresentados os Manifestos de Transporte de Resíduos – MTRs dos resíduos destinados para empresas Catarinense, Momento Engenharia Ambiental S.A. e Comunidade Terapêutica Abrigo Dívida Misericórdia.

10.2 Não conformidades Reincidentes

NCR 01 - (QUADRO 2 – OUTORGAS DE USO DE ÁGUA): Possui poço tubular, não sendo evidenciada Outorga de autorização de uso de água subterrânea, apenas os cadastros.

NCR 02 (QUADRO 2 – PGRS): Não foi evidenciada ART referente as atividades de implementação/execução do PGRS, em desacordo com o art. 23 da Lei 12303/2010.

10.3 Observações

OBS 01 (QUADRO 2 – PCB / ASCAREL): Não foi evidenciado laudo de análise que comprove a não contaminação por PCB do transformador à óleo em uso no empreendimento. Conforme art. 2º da Lei nº 14.250, de 25 de novembro de 2021, as pessoas jurídicas de direito público ou privado que utilizem ou tenham sob sua guarda PCBs, transformadores, capacitores e



demais equipamentos considerados nesta Lei como contaminados por PCBs, bem como materiais, óleos ou outras substâncias contaminadas por PCBs, ficam obrigadas a retirá-los de operação e a promover a destinação final ambientalmente adequada, conforme os prazos previstos na Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes, promulgada pelo Decreto nº 5.472, de 20 de junho de 2005.

OBS 02 (QUADRO 2 – EXECUÇÃO DO GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS): Armazenamento de resíduos em desconformidade com a NBR 11.174, devido as falhas nas identificações de algumas caçambas estacionárias, sem identificação do tipo de resíduos, ocasionando a mistura.

OBS 03 (QUADRO 3 – ÁGUA POTÁVEL): Constatado que o bebedouro, localizado próximo ao Armazém 4, não está sinalizado como água potável e não constava a ficha de controle de limpeza.

OBS 04 (Quadro 2 – ÁGUA DE LASTRO): Conforme monitoramento realizado em 2023, evidenciado no PBA, o preenchimento dos formulários de lastro (tanto NORMAM 20 como PSP) são incompletos ou errados; e deve-se dar atenção especial às origens classificadas como de risco alto, devendo permanecer o monitoramento microbiológico atuante nestas embarcações.

OBS 05 (ITEM 8.6 RELATÓRIO - VERIFICAÇÃO DA EXISTÊNCIA E IMPLEMENTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS E REGISTROS DA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES/EQUIPAMENTOS RELACIONADOS COM OS ASPECTOS AMBIENTAIS SIGNIFICATIVOS): Verificado, no Terminal de Grãos, que a sistemática de limpeza das áreas operacionais (moegas rodo e ferroviária), bem como demais áreas, não se apresenta eficiente, e seu processo não se encontra documentado, ocorrendo a limpeza conforme demanda. Recomenda-se que este processo seja documentado, a fim de ter uma sistemática definida e com limpeza programadas e registradas.

OBS 06 (ITEM 8.19 RELATÓRIO - CONDIÇÕES DE MANIPULAÇÃO, ESTOCAGEM E TRANSPORTE DE PRODUTOS QUE POSSAM CAUSAR DANOS AO MEIO AMBIENTE): Constatado que a futura área de deposição de produtos químicos, não apresenta canaleta e caixa de contenção. Recomenda-se que a estrutura esteja adequada e segura para o recebimento dos produtos químicos.

OBS 07 (QUADRO 3 – ITEM 1.5.1): Observa-se que os relatórios de acidentes ambientais apresentam falhas com relação proposta de encaminhamentos pós ocorrência. Não sendo evidenciado cronograma para execução de investigação confirmatória/detalhada, avaliação de risco, monitoramento e demais medidas de intervenção e gerenciamento, como análise de abrangência e eficácia das ações tomadas.

OBS 08 (QUADRO 3 – ITEM 2.1): Evidenciou-se que não foram desenvolvidas atividades no programa Remoção da Comunidade Bela Vista, durante o ano de 2023. Conforme anexo 12 do PBA - PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DA COMUNIDADE BELA VISTA, a última atividade foi o registro de ata / reunião datada em 14/10/2022 referente ao Diagnóstico Socioeconômico da Comunidade Bela Vista.

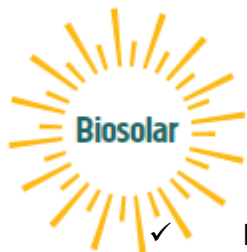
10.3 Oportunidades de Melhoria

OM 01 (RELATÓRIO ITEM 7.1 - Identificação da legislação ambiental federal, estadual e municipal, bem como das normas ambientais vigentes aplicáveis à instalação da organização auditada): Observa-se que o programa de Gestão ambiental integrada coloca o levantamento de requisitos legais como uma ação a ser executada. Contudo, não há neste documento metodologia, procedimento ou instrução de trabalho de como é ou deve ser realizado o levantamento desses requisitos e de quem são as reponsabilidades por cada etapa (identificação da legislação, avaliação da aplicabilidade, definições de ações para fazer cumprir, etc.).

OM 02 (RELATÓRIO ITEM 8.15 - A verificação da existência e implementação de mecanismos e registros para a análise crítica periódica do desempenho ambiental e sistema de auditorias internas): Convém realizar análise crítica periódica, sobre o sistema de gestão ambiental existente.

10.4 Pontos Positivos

- ✓ Envolvimento da alta administração durante a auditoria;
- ✓ Limpeza e organização da área operacional (Cais);
- ✓ Investimentos previstos para melhorias do sistema de gestão e para mitigação dos impactos com emissões de particulados;



- ✓ Motivação, disponibilidade, comprometimento e transparência demonstrados pelos funcionários;
- ✓ Implementações e melhorias realizadas nas dependências da empresa;
- ✓ Equipamentos e sinalização de segurança dispostos no empreendimento;

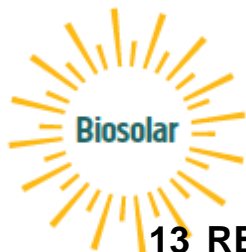


12 CONCLUSÕES DA AUDITORIA

Baseado nas constatações evidenciadas durante o processo de auditoria ambiental, conforme Resolução CONAMA 306/2002, foram identificados 10 (dez) não conformidades, das quais 2 são reincidentes, 08 (oito) observações (pontos de preocupação) e 2 (duas) oportunidades de melhoria no Terminal da SCPAR PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL S.A.

Desta forma, é possível concluir que o Sistema de Gestão Ambiental implantado no empreendimento deve ser ajustado, sendo fundamental a elaboração e cumprimento de plano ação para correções dos desvios identificados neste evento. Bem como, executar análise de abrangência, avaliar e corrigir as observações apontadas.

Destaca-se que elaboração do plano de correções é de inteira responsabilidade da empresa auditada e deverá ser entregue anexo a este relatório ou imediatamente após o protocolo deste. Assim como, devidamente cumprido, nos prazos estabelecidos por seu representante.



13 REVISÃO E APROVAÇÃO

Este Relatório de Auditoria Ambiental foi devidamente elaborado, revisado e aprovado por:

Roberta Cristina Kaufmann

CREA RS 183647

Certificado RAC / ABENDI 33166

Auditor Ambiental Líder

Carmem Adriana Rockenbach Martin

CRBio 25626

Certificado RAC / ABENDI: SNQC 31154

Auditor de Equipe

Junho de 2024.

**14 ANEXOS****CERTIFICADOS ABENDI EQUIPE AUDITORA**

**Abendi**

A Associação Brasileira de Ensaios Não Destrutivos e Inspeção
Brazilian Association for NDT and Inspection

Certifica que/certifies that

ROBERTA CRISTINA KAUFMANN

Atendeu os requisitos de qualificação estabelecidos em CONAMA 306 nas seguintes disciplinas
Met the qualification requirements established in CONAMA 306 in the following disciplines

Auditor Ambiental Líder

Para os Setores Industriais
For the Industrial Sectors

AMBIENTAL

ROBERTA CRISTINA
KAUFMANN:0075816504
8

Assinado de forma digital por
ROBERTA CRISTINA
KAUFMANN:00758165048
Dados: 2022.08.11 10:29:25 -03'00'

Pessoa Certificada
Certified Person



Gerente do Bureau de Certificação
Certification Bureau Manager

SNQC:33166
Certificação/Issue date: 01/08/2022
Vencimento/expiry date: 01/08/2025



Certificado | Certificate

**Abendi**

A Associação Brasileira de Ensaios Não Destrutivos e Inspeção
Brazilian Association for NDT and Inspection

Certifica que/*certifies that*



CARMEM ADRIANA ROCKENBACH MARTIN

Atendeu aos requisitos de certificação estabelecidos na CONAMA 306 nos seguintes métodos
Met the certification requirements established in CONAMA 306 in the following methods

Auditor Ambiental Líder
Environmental Lead Auditor

Para os Setores Industriais *For the Industrial Sectors*
Ambiental

Carmem R. Martin

Pessoa Certificada *Certified Person*

Nº SNQC: **31154**
Data Inicial/ *Initial Date*: 29/10/2020

Data de Emissão/*Issue date*: 29/10/2023
Vencimento/*Expiry date*: 28/10/2026

J.R.F.F.
Gerente do Bureau de Certificação
Certification Bureau Manager

Certificado | Certificate